

CATÁLOGO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ESPAÇO RURAL E URBANO DO MUNICÍPIO DE JATAÍ- GO

IARA TOSCANO CORREIA *
AUGUSTO RIBEIRO DE MATOS**
TELMA CARVALHO ***

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa intitulada: *Catálogo do Patrimônio Cultural no espaço rural e urbano do município de Jataí-GO*. A pesquisa visa cumprir duas finalidades importantes, a primeira é permitir a construção de um panorama amplo sobre a cultura popular, urbana e rural, presente no município de Jataí-GO e, em segundo lugar, dar a conhecer as práticas identificadas no universo cultural local.

A pesquisa objetiva reunir/coletar aspectos da cultura popular no município de Jataí-GO, no sentido de construir um panorama sobre as práticas e representações populares vigentes nesse início de século. Nosso objetivo, mais imediato é o mapeamento e a produção de acervos orais sobre as práticas culturais locais, envolvendo temas como: religiosidade, sociabilidade e artesanias. Contudo, nosso objetivo mais amplo é a produção e o tratamento desse acervo. Esse material será editado em áudio visual e distribuído como suporte didático na mediação do ensino-aprendizagem sobre a temática da cultura popular e o patrimônio cultural nas escolas.

A cultura popular tornou-se um novo locus de observação e interesse para os pesquisadores das ciências sociais, que têm construído um discurso científico sobre as práticas e representações populares. Este espaço consagrado como novo, é novo apenas enquanto lugar de apreensão acadêmica, já que é forjado na própria constituição histórica do lugar, na vivência de sujeitos em seus territórios ao longo das gerações.

A pesquisa pretende desvendar as trilhas e as veredas de um Brasil interior, conhecido genericamente como sertão, situado no Brasil Central. O botânico francês August de Saint-Hilaire, percorrendo o sertão brasileiro na primeira metade do século XIX, assim definiu estes espaços:

O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população (...). (2000, p. 307)

* Doutora em História Social. Professora do Curso de História UFG/Jataí

** Graduando em História UFG/Jataí.

*** Graduanda em História UFG/Jataí

Ele esclarece que essa categoria se referia *as áreas despovoadas do interior do Brasil*: (...) *Quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso.* (SAINT-HILAIRE: 1975. p.375)

A Caiapônia, cobiça colonial, hostil e misteriosa, levou séculos para ser plenamente submetida. Nas palavras de Maria Clara T. Machado:

Dos diversos sertões do Brasil do século XIX, o sertão de Goiás, a Caiapônia de outrora, é descrito como o lugar das ‘vastas solidões’. Esse espaço que inaugura o Planalto Central, atravessado por serras e infíndos chapadões, recortados por cachoeiras, matas, buritis, remete para uma imagem do Cerrado como limite fronteiro com o atraso, mergulhado no próprio isolamento. (MACHADO, p. 25)

Para desbravar as terras inóspitas do sudoeste goiano, as Bandeiras criavam aldeamentos e lugarejos em que os sertanistas procuraram fecundar raízes e uma população sedentária, quase sempre ameaçada pelos bravos Caiapó. De acordo com Bustamante:

(...) a colonização do Sudoeste Goiano por mineiros generalistas só começou depois de 1830, após o aldeamento e o extermínio dos Caiapó, e com a abertura de uma Estrada Real pelo engenheiro militar Cunha Matos, nos anos de 1820. (2005, p. 54)

Os primeiros investimentos, no sentido da conexão de Goiás com o resto do país, ocorreram no início do século XX, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro da Rede Mineira, que se interligou mais tarde com a Estrada de Ferro Goiás e estas com outras malhas viárias, integrando o sul goiano à economia paulista, tendo como mediação o Triângulo Mineiro.

A política institucional e civilizatória de ocupação desse território além Araguaia foi levada a cabo, de maneira mais sistemática à partir da década de 1940 com o projeto expansionista que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”, iniciado pela política de Vargas, em 1943. Como assinalou Maria Clara T. Machado: *Além disso, há que se considerar a construção de Goiânia em 1942, uma cidade planejada, o investimento na Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada em 1958, a inauguração de Brasília em 1961 e a pavimentação da BR 060.* (2010, p. 26)

A história oficial do município de Jataí é datada da primeira metade do século XIX, quando, por volta de 1830, fazendeiros de gado, paulistas e mineiros, começaram a se instalar na região onde hoje se encontra o município. Chegaram trazendo os ícones da ‘civilização’ para ocupar os ‘vazios’ do sertão, carregando apetrechos, técnicas e gentes para dominar esse vasto território, selvagem e

recém-anexado. Essas fazendas desenvolviam uma economia baseada nas atividades agrícolas, para subsistência, e na pecuária extensiva, para exportação.

Assim, com a retirada dos obstáculos, os Caiapó e alguns quilombos, foi possível, na primeira metade do século XIX, a instalação das fazendas. A pecuária da região estava inserida em um circuito econômico que se conectava ao Vale do rio São Francisco, criatório natural de gado desde o período colonial, conhecido popularmente até o século XIX como rio dos Currais¹.

No lugar onde hoje se encontra a cidade de Jataí fundou-se o povoado Paraíso, a capela foi erguida em louvor e glória ao Divino Espírito Santo. O povoado constituiu-se em Freguesia em 1865. A Freguesia tornou-se Vila em 1882 e, finalmente, emancipou-se, tornando município em 1895, quando recebeu a atual denominação: Jataí.

Contudo, estas origens nada falam, ou falam muito pouco, sobre a atual condição de Jataí no contexto do estado de Goiás. Jataí teve a projeção de sua população, segundo dados do IBGE², estimada para 2015 em 95.998 habitantes, sendo que destes 92% são residentes na área urbana. Não há mais que se falar em solidão e isolamento.

Sua malha viária se estende para diversas direções, permitindo conexões com o Estado do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e diversos municípios do interior goiano, incluindo a capital, com trechos duplicados. Atualmente, ocupando o décimo terceiro lugar no ranking nacional de produtores de grãos do Brasil, os setores predominantes da economia são o agronegócio e de serviços:

No que tange o expansionismo das fronteiras agrícolas pós década de 1980, o município de Jataí que tinha visivelmente na pecuária (extensiva) sua principal atividade econômica, e uma divisão do trabalho agropecuário que estendia à lavoura nas terras de mata nas cabeceiras dos rios, passa incorporar mudanças e um pacote tecnológico a serviço da produção no campo. (...) o modelo produtivo se converte rapidamente a uma tendente heterogeneização da paisagem e da cultura. O município que até então era ocupada por pequenos produtores e enormes latifúndios destinados à pecuária, aos poucos vai sendo envolvidos por enormes e médias propriedades com um ritmo e qualidade de produção sustentada numa mecanização proveniente de um alto nível de investimento tecnológico necessários à instalação de um novo modelo econômico produtivo. (SILVA; et al.: 2010, p.4-5)

¹ Sobre este tema ver tese: CORREIA, Iara Toscano. A Folia e os Reis: permanências e resistências religiosas no sertão de Minas Gerais - Januária 1961/2010. **Tese**. Uberlândia: PPG/INHIS, UFU, 2013. (doutorado em História)

² Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

Sua estrutura agrária concentrada não foi alterada ao longo dos anos, o que de fato se transformou foram as formas de produção, apropriação e exploração agrícola. Desde os anos de 1980 os investimentos de imigrantes sulistas vêm modificando o cenário econômico e as relações sociais no campo. De acordo com Silveira e Barreiro:

A riqueza dessa região está ancorada nas atividades agropecuárias e agroindustriais. A agricultura é desenvolvida utilizando os imensos chapadões propícios à mecanização, com alto padrão de tecnologia. Essa proporcionou o acúmulo de capital necessário para atrair agroindústrias de grande porte. (2012, p. 175)

O agronegócio atraiu migrantes de diversas outras regiões do país, aumentando exponencialmente a sua população. O espaço urbano também se modificou, passando a concentrar uma série de serviços para atender essa nova demanda demográfica, em uma economia que se mantém dinâmica. Os serviços médicos, bancários, comerciais e educacionais atraem tanto uma mão de obra qualificada e ociosa de outras regiões como também os inúmeros usuários residentes em municípios próximos e distantes.

Os serviços que giram em torno da educação se expandiram vertiginosamente nos últimos anos. As novas modalidades de processos de seleção institucionalizados, permitindo a utilização do SISU (Sistema de Seleção Unificado) adotado por universidades públicas brasileiras, distribuindo o alunado nacional em inúmeras instituições do interior do país, refletiram nas instituições de ensino de Jataí, com consequência em diversos outros setores da economia. Sem mencionar a expansão dos estabelecimentos privados de ensino, estimulados pelos vigorosos aportes do governo Federal nos últimos anos para o financiamento educacional privado.

Dentro do cenário de tecnificação do campo e da dinâmica urbana que se impõe nessa região, alguns poderiam defender que a cultura popular desse lugar tenha perdido suas 'raízes', sendo esta uma região que passou nos últimos trinta anos por um vertiginoso crescimento demográfico.

No entanto, esta é uma visão equivocada sobre o tema. A cultura popular, entendida enquanto a própria vida que se estrutura por meio de relações de diferentes matizes, está presente até mesmo nas cidades mais modernas do mundo, sendo ela reflexo da própria conjuntura global.

O linguista indo-britânico Hommi Bhabha defende que é nos interstícios, nas dobras da sociedade contemporânea, na vida de pessoas comuns, em geral de imigrantes vivendo nas periferias das cidades, é que vamos perceber como são travadas as relações sociais na dita 'pós-modernidade'. São nesses espaços subvertidos utilizados pelo povo que podemos ver a engrenagem social em seu

funcionamento pleno. Em suas práticas corriqueiras, em sua forma de poetizar e ressignificar o mundo.

Para Michel de Certeau, habitar os lugares é sempre uma maneira de *utilizar* os sistemas impostos, constituindo uma *resistência* à dogmática imposta pela legitimação do estado:

(...) uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. (...) o que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que cria um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro. (CERTEAU: 1994, p. 79)

A cultura popular aqui é entendida como resistência das pessoas comuns, que não possuindo um lugar institucional próprio subverte os espaços sociais, criando novas fórmulas e novos usos para o que é imposto de cima para baixo. A vida de camponeses, expropriados da terra, vivendo nas cidades muitas vezes de *bicos*, agricultando terrenos baldios, transformando a sucata em arte, vendida de bar em bar, sob a forma de pequenos *suvernirs*, latas de refrigerante e garrafas de bebidas tornam-se suportes artesanais, ou o eterno viver de uma religiosidade ancestral, todas estas são formas de *viver com*, ou seja, de (re)significar as tradições e os hábitos para as novas estruturas de ordenação social impostas pela modernidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa objetiva colocar em evidência as práticas culturais, novas ou residuais, dentro do hiato de fundação e emancipação do município de Jataí até os dias atuais. Como nos ensinou Marc Bloch ainda no início do século XX, a história deve sempre partir do presente, buscando respostas para questões colocadas no presente, mas que se ancoram no passado. Partindo do presente podemos constatar práticas ancestrais de sobrevivência, de (re)significação ou ruptura com o passado. As evidências culturais coletadas nas primeiras décadas do século XXI em Jataí deverão ser capazes de elucidar a trajetória histórica desse município.

Assim, as análises em História Cultural partem da interpretação dos sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais, que se apresentam de forma cifrada. Um dos aspectos pelos quais a História Cultural se interessa é pelo cotidiano de pessoas comuns. Como enfatiza Koselleck:

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trem ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. (2006, p.13-4)

A tendência sobre os estudos do cotidiano tem como proposta a construção de um outro olhar sobre o passado, nas palavras de Maria Izilda Matos:

Procurando recuperar outras versões do passado, a produção historiográfica do cotidiano procurou focalizar inicialmente a experiência de sujeitos históricos de diferentes etnias, classes e gêneros: setores populares, grupos étnicos marginais, camponeses, operários. (2002: p. 24)

Dessa perspectiva, partindo das representações, de um dado grupo social em uma dada época, os historiadores da História Cultural defendem que é possível compreender o passado, utilizando diferentes suportes discursivos e imagéticos pelos quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Nesta perspectiva, a História não se propõe a uma versão acabada da realidade, mas torna-se mais uma entre as inúmeras representações construídas sobre o passado. Portanto, longe de respostas objetivas habita o campo das possibilidades e das incertezas.

Para Roger Chartier a História Cultural:

[...] propõe um modo inédito de compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo sócio (...) ela opõe a sua construção móvel, instável, conflituosa, a partir das práticas sem discurso, das lutas de representação e dos efeitos performativos dos discursos. (CHARTIER: 2006, p. 29)

Embora em evidência na Europa desde o final do século XIX³, as reflexões sobre a cultura popular passou a ocupar o campo historiográfico recente a partir de uma perspectiva mais autônoma dos sujeitos. Entendida enquanto lugar de produção de práticas e discursos das pessoas comuns, em face ao poder instituído, com suas lutas abertas e/ou resistências silenciosas, a cultura popular foi alvo de investigação de E. P. Thompson em 1963, com a publicação da Formação da Classe Operária Inglesa. Thompson observou, a partir da análise de um grande volume de fontes, as diversas maneiras com que a classe operária formou a si mesma e criou suas próprias tradições, Thompson estabeleceu

³ C.f.: ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho D'Água, 1992.

uma nova abordagem para os documentos, fazendo uma leitura a partir da lógica das classes trabalhadores, uma perspectiva convenientemente conhecida como História Vista de Baixo.

Em 1978, as reflexões do historiador italiano Carlo Ginzburg, em suas leituras sobre os processos inquisitoriais de um excepcional moleiro friulano, Menocchio, permitiu o avanço da discussão sobre cultura para além da dicotomia erudito popular. O conceito de *circularidade cultural* extrapolou o dualismo esquemático, até então, dominante na historiografia. A Micro história italiana provou ser possível estabelecer análises globais partindo da biografia de um sujeito único e singular.

No mesmo ano, com a publicação de Peter Burke “Cultura Popular na Idade Moderna”, na França, um novo tipo de abordagem para essa temática já se consolidava, passando a compor os diferentes campos e perspectivas de análises ligadas ao popular. Burke, assim como tantos outros, foi buscar nas categorias antropológicas a definição para o termo, entendendo a cultura como um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados. (BURKE: 1978, p. 15)

As obras aqui referendadas anunciam o momento de nascimento de um novo tratamento sobre as questões ligadas à cultura popular. Um momento em que ela passou a ser entendida como produtora de sentidos, principalmente, quando todos se deram conta de que ela não estaria condenada a extinção com o avanço da modernidade. Nas palavras de Roger Chartier:

(...) É preciso (...) postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações. Nem a cultura imposta pelos antigos poderes foram capazes de reduzir as identidades singulares ou as práticas enraizadas que lhes resistiam. (CHARTIER: 1995, p. 181)

Os diversos estudos que surgiam a partir de então passam a entender a cultura do povo como um lugar de produção, e não apenas a velha ideia de que as camadas populares estariam fadadas à pura repetição e reprodução alienada da cultura dominante. De lá prá cá, longos debates ampliaram o horizonte de análises no campo do popular. A cultura, assim compreendida, deveria ser expressa no plural, as culturas do povo.

A nova tônica dos discursos acadêmicos contagiou muitas outras áreas, não somente a História. Passamos a compartilhar nossas análises com a Antropologia, a Geografia, a Literatura, a

Sociologia e a Psicologia, que se interessaram pelos os estudos sobre o popular em seus campos específicos de leitura.

Embora, já estivesse em curso na Europa desde o início dos anos de 1960, esse debate chegou tardiamente ao Brasil, a partir dos anos de 1980. Este atraso deve-se muito a fatores históricos inerentes ao próprio processo político vivenciado no país. Uma conjuntura política ligada a ditadura militar, que se instalara no poder desde os anos de 1960, perdurando uma leitura marxista mais ortodoxa, estruturada pelas análises dicotomizadas pelo sistema de infra e superestrutura. Um viés que perdurou até o final dos anos de 1980. Com a redemocratização do país a cultura popular passou a ocupar o lugar da resistência política, e as práticas culturais passaram a ser entendidas como resistências silenciosas e pertinazes.

Nesse sentido os trabalhos de Michel de Certeau ganharam um terreno fecundo nas universidades brasileiras. Principalmente, porque alguns de seus ensaios tiveram como referência de análise a própria religiosidade brasileira. De Certeau entende a cultura popular enquanto subversiva, agindo subterraneamente, astuciosa, transformando-se e modificando-se para continuar perene. A cultura popular, para ele, por não contar um lugar institucional próprio, utiliza de astúcias e trampolinagens para existir, fazendo-se no espaço do outro. Desta perspectiva, a cultura não deve ser tomada como algo cristalizado, mas em constante movimento e transformação para continuar seu percurso. Para Certeau:

(...) Cultura de um lado é aquilo que ‘permanece’ do outro aquilo que se inventa. Há, por um lado, as latências que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro lado, as irrupções, os desvios, todas essas marcas de uma inventividade, de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua ‘cultura erudita’. A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco invisíveis, encerradas nas práticas — pirilampos e, por vezes, grandes pássaros noturnos atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia. (CERTEAU: 1995, p. 239)

A cultura popular não foi um conceito revisitado apenas pelo universo acadêmico, ela também foi alvo de preocupações políticas. Este tema ganhou foros de estatuto político na ONU (Organização das Nações Unidas) e reverberou nas políticas públicas da maioria de seus países membros.

No Brasil, a exaltação à memória coletiva de grupos populares específicos pelas elites já ocorria desde a década de 1950, momento de modernização do país. A desagregação de uma grande parcela de camponeses e seu extenso conhecimento oral fez com que o popular se colocasse em

evidência, para utilizar uma expressão de Roberto Schwarz, de maneira *complacente* e *exótica*⁴. O folclore enquanto materialização de uma memória ancestral conteria os germes mais remotos da nação, ameaçados de extinção pelos avanços da modernização e industrialização. Assim, a ideia era inventariar o máximo possível das práticas populares em vias de extinção.

Contudo, foi a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, atendendo a imperativos adotados pelas Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, e em meio aos embates internos por parte da sociedade civil organizada, que uma série de mecanismos legais foram sendo criados. O princípio de *autodeterminação dos povos*, por exemplo, previsto na Carta das Nações Unidas de 1945⁵, depois de um longo debate, tornou-se base jurídica que, aplicada em conjunto às políticas públicas indigenistas e quilombolas, possibilitariam fatores de inclusão, cidadania e desenvolvimento para as *populações originárias*. Um conceito que abarcou amplos contingentes: indígenas, remanescentes de quilombos e comunidades rurais tradicionais.

O reconhecimento desses grupos como portadores de uma identidade singular pelo governo federal levou a desdobramentos diversos, desde a inclusão dessas populações em projetos sociais de caráter meramente assistencialistas até a situação de conquista de territórios ancestrais, anos e anos espoliados por políticas de desenvolvimento controversas e grilagem de terras. Outros dois aspectos relevantes, no âmbito das políticas públicas, foram a inclusão da temática ‘cultura popular’ como parâmetro para a formação dos currículos e o reconhecimento do patrimônio imaterial, técnicas e saberes, incorporado ao conjunto da memória nacional.

Letícia Vianna reconhece na constituição de 1988 o momento de formalização do reconhecimento dessas práticas culturais populares por parte do Estado. Em suas palavras:

A constituição de 1988 formaliza a dimensão imaterial dos bens culturais. Nos artigos 215 e 216 o conceito de Patrimônio abarca tanto as obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de grande valor (patrimônio material), quanto manifestações de natureza “imaterial”, relacionadas à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas (...) patrimônio é concebido também como a coisa que passa na cabeça das pessoas, o que criam, como criam, os sentidos que dão para o que criam ... (2004, p. 76).

Atualmente, o patrimônio cultural é entendido como lugar de construção autônoma de seus atores:

⁴ C.f.: SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4/12/1994. Mais!, p. 6-9.

⁵ A autodeterminação dos povos é o princípio que garante a todo povo de um país o direito de se autogovernar, tomar suas escolhas sem intervenção externa, ou seja, o direito à soberania de um determinado povo de determinar seu próprio status políticos.

(...) é constituído, principalmente, das obras da memória, da visão de mundo, das práticas e do potencial criativo, dos conhecimentos desenvolvidos sobre a bio diversidade, tecnologias, dimensões do sagrado e formas de autoderminação e autonomia de grupos sociais e comunidades. (VIANNA: 2004, p. 75)

E, de acordo com o antropólogo Mártin César Tempass:

(...) podemos definir o patrimônio cultural como: [...] tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes e falares. Tudo, enfim, que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (2006, p. 133)

Enquanto política de Estado, o Brasil expandiu suas ações nos últimos anos em favor da inclusão de determinados sujeitos sociais como partícipes da história nacional. O patrimônio imaterial, devido a sua característica intangível, passou a contar com um tipo específico de registro, diferente dos tradicionais catálogos de inventário do patrimônio material. Além disso, essa temática passou a ser estimulada enquanto conteúdo curricular obrigatório nas escolas brasileiras.

Desde agosto de 1996, quando o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN's), foram incorporadas sugestões para a adequação e otimização do sistema de ensino às realidades local e regional. A flexibilização dos currículos possibilitou que temas de interesse das comunidades fossem abordados como componente curricular.

A educação patrimonial deve ser entendida enquanto instrumento de alfabetização cultural, possibilitando aos indivíduos fazer uma interpretação do mundo que o rodeia, levando os alunos à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Identificar as práticas culturais de um lugar é refletir sobre as identidades e diversidades que se forjam nas estruturas sociais. A história, contada a partir de seus atores marca um ponto de vista particular sobre o passado e alimenta os sonhos com novos horizontes de expectativas.

A metodologia da pesquisa tem se pautado, primordialmente, por uma busca meticulosa do referencial que suporte e ampare as discussões sobre a História Local de Jataí. Os conceitos de História Local são as balizas para a discussão ligada aos estudos *micro*.⁶ Tal como afirma o historiador Raphael Samuel:

(...) a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do

⁶ C.f.: GOUBERT, Pierre. História Social. **História e Perspectivas**. Uberlândia, EDUFU, nº 6, 1992, pp. 45-58.

passado. Ele encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (...). (1990, p. 220)

Entretanto, há que se considerar a impossibilidade de se realizar uma história local sem estabelecer conexões com a realidade nacional, da qual ela é parte, mesmo que conhecendo especificidades.

Sendo o município de Jataí o recorte espacial, a cronologia utilizada será a da memória de seus moradores, em busca das práticas tradicionais ainda presentes no município. Contudo, não devemos perder de vistas que estamos aqui tratando da duração cultural, um tempo que se sedimenta a partir do imaginário social. Um tempo sem tempo, que remete a lembranças disformes, reais e imaginárias, pasteurizada por discursos oficiais, bochichos, recortes de realidades, por vezes, opacas, bruxuleantes, ou poderosas, trazidas pela força da memória involuntária, tão verossímeis quanto as *madeleines* de André Proust.

Para a identificação dos sujeitos da pesquisa utilizamos como estratégia a consulta ao calendário de festas do município, a visita a feiras e lojas de artesanato para a identificação dos artesãos, buscaremos junto às associações religiosas e laicas e comunidades rurais os portadores de antigos preceitos.

A coleta dos dados para a pesquisa tem sido realizada com base nas técnicas da História Oral, para registro e catálogo. As fontes orais têm se mostrado fecundas nos estudos sobre representações populares e devem ser consideradas um aspecto metodológico relevante para esta pesquisa. Contudo, faz-se necessário um aprofundamento nos conceitos sobre memória e identidade, matéria-prima da História Oral.

Os estudos sobre memória são vastos e heterogêneos. Diversos autores têm procurado refletir sobre esse tema em diferentes perspectivas, seja em seus aspectos psicológicos, filosóficos, antropológicos ou discursivos, seja no universo do individual ou do coletivo, ou ainda dos movimentos voluntários ou involuntários da memória.

Uma abordagem interessante foi proposta na obra *Cultura Historiográfica*, de Astor Antônio Diehl, que associa o estudo da memória e da identidade, entendendo estas categorias, não como meras reprodutoras do passado, mas como um processo dinâmico da própria memorização. Nesta

perspectiva, memória e identidade são interpretadas em sua tridimensionalidade: tempo, espaço e movimento.⁷

Nessa mesma direção, Ecléa Bosi, esclarece que *a memória coletiva que é produzida no interior de uma classe, se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe.* (2003, p. 18) Dessa forma, quando nos propomos a produzir documentos que revelam as memórias de um determinado grupo social, mesmo que fragmentadas e individuais, tais memórias são capazes de nos esclarecer sobre as relações identitárias que dão coesão ao grupo.

Nos relatos de História Oral devemos considerar o esquecimento, como um dado em si constituinte da memória. Mais do que uma “falha da memória” o esquecimento permite selecionar o que é importante, e deve ser lembrado, e o que deve ser “descartado” e, portanto, esquecido⁸.

As técnicas para encaminhar as *memórias voluntárias*, que servem como importante suporte para a (re)constituição do passado, evidentemente segundo parâmetros bastante subjetivos, encontrou o seu lugar nas análises das Ciências Humanas. Mas, tais técnicas também nos permitem, vez por outra, descobrir uma *memória involuntária*: ausente no gesto automático do cotidiano. Para o filósofo Henri Bergson e o escritor Marcel Proust, a memória voluntária é uma memória uniforme e, em grande medida, enganadora: opera com imagens que, embora representem a vida, não guardam nada dela; enquanto que a memória involuntária rompe com o hábito. Como nos esclarece Seixas *não há memória involuntária que não venha carregada de afetividade e, ainda que a integralidade do passado seja irremediavelmente perdida, aquilo que retorna vem inteiro, íntegro porque com suas tonalidades emocionais e ‘charme’ afetivo.* (SEIXAS: 2001, p. 262)

Enquanto que a memória tem esse caráter individualizante a História tem uma preocupação em organizar categorias interpretativas associadas ao coletivo. Nesse sentido, a apropriação das memórias pelas Ciências Sociais se torna um exercício complexo e problemático. Para Pierre Nora, capturar a memória com base em um procedimento sequencial, lógico e linear é a sua própria desnaturalização. Enquanto que História é uma: (...) *operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico*” (NORA: 1993, p. 9).

Como manifestação recriadora, a memória para a História, tem que conformar-se a um método, a um procedimento científico capaz de ordenar, organizar e reelaborar, sem a inserção do

⁷ DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru: Edusc, 2002, p. 222.

⁸ C.f.: SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História – Questões & Debates.** Paraná, n32. ano 17, jan./jun. de 2000, p. 75-95.

sentimento, do odor, do prazer ou da dor vivida; ela não passa de uma categoria de análise fria e – por que não dizer? – morta. Esse talvez seja um dos maiores problemas enfrentados atualmente nas análises fundamentadas em memórias, tanto individuais quanto coletivas, enquanto categorias do conhecimento científico.

Mesmo diante dos desafios que ainda precisamos superar para aliar teoria e prática, em se tratando da utilização das memórias como fonte, não podemos negar a sua importância na tentativa de capturar o vivido. De acordo com o historiador Alessandro Portelli, *as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida*. (1997, p. 27).

A análise dos temas levantados está sendo realizada a partir da produção de Histórias Oral de Vida dos atores selecionados. Nesse caso buscamos reconstituir as práticas e dos sujeitos envolvidos com as festividades, sagradas e profanas, a religiosidade e a produção artesanal. Por isso, separamos o ciclo de um ano inteiro para realizar a coleta e registro do material, para que possamos acompanhar o calendário anual de festas e do município.

Para registrar os relatos utilizamos recursos audiovisuais. Este material é importante por nos permitir captar os gestos e a paisagem social que compõe as práticas catalogadas. Desta forma, esta fonte por nós produzida permite visualizar o objeto em questão de forma mais detalhada e estabelecer os recortes necessários para organização do acervo.

Dentro do espectro de ações do projeto já identificamos alguns sujeitos da pesquisa, e fizemos contatos com instituições, tais como: o Centro de Artesanato, o Museu Municipal de Jataí, o Sebrae e a Associação de Pequenos Agricultores do Município. Até o momento, realizamos uma história de vida, com o sr. Meco, antigo morador da cidade.

Todo esse material reunido está sendo ordenado e catalogado para que possa ser disponibilizado de forma coerente sob a forma de um catálogo, arrolando as práticas às suas devidas tradições. Ao final da pesquisa o material em áudio visual será editado sob o formato de um vídeo documentário para que possa subsidiar a discussão da história local e do patrimônio imaterial nas escolas do município.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática. p. 16-41.

BLOC, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe?. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M.P. e PESAVENTO, S. J. (org.) **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 29.

_____. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. In.: **Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol 8, no. 16, 1995, p. 179-192.**

CORREIA, Iara Toscano. A Folia e os Reis: permanências e resistências religiosas no sertão de Minas Gerais - Januária 1961/2010. **Tese**. Uberlândia: PPG/INHIS, UFU, 2013. (doutorado em História)

_____. **Caso João Relojoeiro: um santo no imaginário popular**. Uberlândia: EDUFU, 2004, 324p.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002, p. 222.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Introdução à edição italiana. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GUERRA, Emerson Ferreira. Terras Indígenas e ordenamento territorial do Parque do Xingu as terras Timbira. **Tese**. Rio de Janeiro: UFF. 2012 (Doutorado em Geografia)

GOUBERT, Pierre. História Social. **História e Perspectivas**. Uberlândia, EDUFU, nº 6, 1992, pp. 45-58.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, 1990;

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves. (Orgs.) **São Marcos do Sertão Goiano: cidades, memórias e cultura**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

_____. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo. Nº 10, 1993, p. 7-28.

MEIHY, José Carlos S. Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas.** São Paulo: Olho D'Água, 1992.

Proust, Marcel. **Em busca do tempo perdido: do lado de Swan.** Relógio D'água, Lisboa, 2003.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François [et. Al.]. Campinas: Editora da Unicamp. 2007, p. 335.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, pg. 307.

_____. **Viagem à Província de Goiás.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. Pg. 375.

SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 4/12/1994. Mais!, p. 6-9.

SAMUEL, Raphael. História local e História Oral. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, ANPUH/Marcozero, volume 09, nº 19, set/89 fev/90, p. 220.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Cam

SILVA, Francis Borges da; et al. A Dinâmica Territorial de Jataí(GO): a ação sócio-espacial da pecuária bovina. Porto Alegre: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos/ENG,** 2010.

SILVEIRA, Michel R. da; BARREIRA, Celene C. M. A. Municípios Pequenos e Deprimidos do Sudoeste Goiano: “os hipócritas roubam a cena”. In.: **Campo-Território: revista de Geografia Agrária,** Uberlândia, v. 7, n. 13, p. 169-187, fev., 2012.

TEMPASS, Martín César. Sobre a questão do Patrimônio cultural: repensando princípios e fins. In.: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS,** Uberlândia, n. 35, ano 19, 2006, p. 133-144.